



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000283728**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1501122-06.2024.8.26.0269, da Comarca de Itapetininga, em que é apelante MUNICIPIO DE ITAPETININGA, é apelado JONATHAS SANCHEZ.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 15ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores EURÍPEDES FAIM (Presidente) E ERBETTA FILHO.

São Paulo, 25 de março de 2025.

**RAUL DE FELICE**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1501122-06.2024.8.26.0269.

Apelante: Prefeitura Municipal de Itapetininga

Apelado: Jonathas Sanchez.

Comarca: Itapetininga.

### **VOTO Nº 24223.**

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. IMPROCEDÊNCIA.

I. Caso em Exame

Recurso de apelação interposto pela Prefeitura Municipal de Itapetininga contra sentença que indeferiu a inicial e extinguiu o feito por se tratar de execução fiscal de valor inferior a R\$ 10.000,00, sem cumprimento dos requisitos do Tema nº 1184 do STF e da Resolução nº 547/2024 do CNJ. A apelante alega ausência de intimação pessoal da Fazenda Pública e desrespeito às diretrizes constitucionais.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em verificar a legitimidade da extinção da execução fiscal por ausência de interesse de agir, conforme o Tema nº 1184 do STF e a Resolução nº 547/2024 do CNJ.

III. Razões de Decidir

3. O Tema nº 1184 do STF tem aplicação cogente, exigindo a demonstração de interesse de agir no ajuizamento de execuções fiscais.

4. A Resolução nº 547/2024 do CNJ estabelece a necessidade de tentativa de conciliação ou solução administrativa prévia ao ajuizamento da execução fiscal.

IV. Dispositivo e Tese

5. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: 1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, conforme o princípio da eficiência administrativa. 2. O ajuizamento da execução fiscal requer prévia tentativa de conciliação ou solução administrativa.

Legislação Citada:

CPC, art. 485, VI e § 3º; art. 1.007, § 1º.

Resolução nº 547/2024 do CNJ, arts. 2º e 3º.

Jurisprudência Citada:

STF, RE nº 1.355.208/SC, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, j. 19.12.2023.

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação cível interposto pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA** contra a r. sentença de fls. 3/4 que indeferiu a inicial e extinguiu o feito por ela ajuizado em face de **JPNATHAS SANCHEZ** considerando se tratar de execução fiscal de valor inferior a R\$ 10.000,00 e que não houve cumprimento dos requisitos estabelecidos no Tema nº 1184 do Supremo Tribunal Federal e na Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

A apelante sustenta, em resumo, ausência de intimação pessoal da Fazenda Pública para demonstrar a regularidade dos atos processuais; a sentença encontra-se em dissonância com as diretrizes estabelecidas na norma processual, afrontando os preceitos da Constituição Federal, que concedem ao fisco o direito de continuar a perseguir seus créditos; o município, antes do ajuizamento do executivo fiscal efetua a notificação (via AR) dos contribuintes em débito, facultando-lhe a oportunidade de realizar acordo de parcelamento, a fim de evitar o ajuizamento de demandas, tendo convocado os contribuintes acerca da instituição do Programa de Recuperação Financeira.

Após a interposição do recurso, o executado compareceu espontaneamente aos autos em 23/9/2024 e deu-se por citado, peticionando em primeiro grau, para informar que houve quitação da dívida e requerer a extinção do feito com resolução do mérito e condenação da exequente ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais (fls. 18), juntando os documentos de fls. 21/22.

Diante do encerramento da prestação jurisdicional de primeiro grau, o despacho de fls. 23 determinou a subida dos autos a este Tribunal.

Recurso tempestivo e isento de preparo, nos termos do artigo

1.007, parágrafo 1º do Código de Processo Civil.

### **É O RELATÓRIO.**

O recurso não comporta provimento.

Inicialmente, não ocorreu decisão surpresa, uma vez que o Tema nº 1184 do Supremo Tribunal Federal tem aplicação cogente, desde sua edição, por força dos artigos 1.039 e 1.040 do Código de Processo Civil.

Os pressupostos processuais, a exemplo do interesse de agir, devem estar preenchidos por ocasião do ajuizamento das ações em geral, sob pena de extinção de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição (CPC, artigo 485, inciso VI e § 3º). Não se cuida, portanto, de aplicação de tese inovadora ou surpreendente, mas de ausência irremediável de pressuposto processual, indutora do decreto de extinção das execuções fiscais.

Dessa insanável falta de interesse de agir da apelante, oriunda da aplicação do Tema 1184 do STF, conclui-se pela inutilidade de sua oitiva prévia que em nada poderia influir nos fundamentos e conclusões adotados pela r. sentença.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema nº 1184 (RE 1.355.208/SC), fixou a seguinte tese: “1. *É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.* 2. *O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.* 3. *O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das*

*medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis.”.*

O acórdão do RE 1.355.208/SC, paradigma do tema, foi assim ementado:

*“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL DE BAIXO VALOR POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR: POSTERIOR AO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 591.033 (TEMA N. 109). INEXISTÊNCIA DE DESOBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS FEDERATIVO E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. FUNDAMENTOS EXPOSTOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA TESE DO TEMA N. 109 DA REPERCUSSÃO GERAL: INAPLICABILIDADE PELA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA QUE POSSIBILITOU PROTESTO DAS CERTIDÕES DA DÍVIDA ATIVA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Ao se extinguir a execução fiscal de pequeno valor com base em legislação de ente federado diverso do exequente, mas com fundamento em súmula do Tribunal catarinense e do Conselho da Magistratura de Santa Catarina e na alteração legislativa que possibilitou protesto de certidões da dívida ativa, respeitou-se o princípio da eficiência administrativa. 2. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade devem nortear as práticas administrativas e financeiras na busca do atendimento do interesse público. Gastos de recursos públicos vultosos para obtenção de cobranças de pequeno valor são*

*desproporcionais e sem razão jurídica válida. 3. O acolhimento de outros meios de satisfação de créditos do ente público é previsto na legislação vigente, podendo a pessoa federada valer-se de meios administrativos para obter a satisfação do que lhe é devido. 4. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento com proposta da seguinte tese com repercussão geral: “É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor, pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio da eficiência administrativa”. (RE 1355208, Relatora: CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 19/12/2023, publicado em 02/04/2024).*

Disciplinando a aplicação da tese fixada no Tema nº 1184, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 547/2024, que instituiu medidas de tratamento racional e eficientes na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário a partir do julgamento do tema, dispondo em seus artigos 2º e 3º:

*“Art. 2º. O ajuizamento de execução fiscal dependerá de prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa.*

*§ 1º. A tentativa de conciliação pode ser satisfeita, exemplificativamente, pela existência de lei geral de parcelamento ou oferecimento de algum tipo de vantagem na via administrativa, como redução ou extinção de juros ou multas, ou oportunidade concreta de transação na qual o executado, em tese, se enquadre.*

*§ 2º. A notificação do executado para pagamento antes do*

*ajuizamento da execução fiscal configura adoção de solução administrativa.*

*§ 3º. Presume-se cumprido o disposto nos §§ 1º e 2º quando a providência estiver prevista em ato normativo do ente exequente.*

*Art. 3º. O ajuizamento da execução fiscal dependerá, ainda, de prévio protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.*

*Parágrafo único. Pode ser dispensada a exigência do protesto nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras, conforme análise do juiz no caso concreto:*

*I – comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, art. 20-B, § 3º, I);*

*II – existência da averbação, inclusive por meio eletrônico, da certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, art. 20-B, § 3º, II); ou III – indicação, no ato de ajuizamento da execução fiscal, de bens ou direitos penhoráveis de titularidade do executado.”.*

Assim, considerando que a execução fiscal foi ajuizada em 8/5/2024 e a municipalidade exequente não atendeu os requisitos previstos na tese fixada no Tema nº 1184 e na Resolução nº 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça, demonstrando a prévia tentativa de solução administrativa para satisfação do crédito, deve a r. sentença de extinção ser mantida.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, **nega-se provimento ao recurso**, nos termos do voto.

**Raul De Felice**

**Relator**